

# ANÁLISE DA MATURIDADE DE SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CÂMPUS SÃO CARLOS

## ANALYSIS OF THE SUSTAINABILITY MATURITY OF THE SANTA CATARINA FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY - SÃO CARLOS CAMPUS

**Manoel Boita**

Bacharel em Administração. Especialista em Gestão de Projetos. mb\_manuel@unochapeco.edu.br

**Renato Romano**

Bacharel em Engenharia Química. renato.r1991@aluno.ifsc.edu.br

### RESUMO

A sustentabilidade ambiental, econômica e social formam os pilares para garantir o desenvolvimento das nações, das organizações e da sociedade global. O objetivo da pesquisa é descrever as práticas administrativas instituídas pela Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e avaliar o grau de maturidade da cultura sustentável no campus São Carlos. O artigo caracteriza-se com natureza básica, de abordagem qualitativa, objetivo descritivo e adota-se a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental como procedimentos técnicos. O trabalho trata os conceitos de sustentabilidade, gestão por indicadores e modelo de maturidade, aplicados à avaliação da Política de Sustentabilidade do IFSC com base no modelo desenvolvido por Hepper et al. (2017). A pesquisa estima que o Câmpus São Carlos está no nível de maturidade *Básico*, revelando que existe posicionamento oficial em relação ao tema, há uma consciência crescente do assunto sustentabilidade e que existem ações pontuais nas áreas sociais e ambientais, embora, sem planejamento institucional formal. A Política de Sustentabilidade e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS-IFSC Sustentável) são importantes regulamentações internas para a gestão do desenvolvimento sustentável, redução do impacto ambiental, promoção da justiça social e desenvolvimento econômico equilibrado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Modelo. Indicadores. Gestão. Hepper. IFSC.

### ABSTRACT

The environmental, economic and social sustainability form the pillars to guarantee the development of nations, organizations and global society. The objective of the research is to describe the administrative practices instituted by the Sustainability Policy of the Santa Catarina Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSC) and to evaluate the degree of maturity of sustainable culture on the São Carlos campus. The article is characterized with basic nature, qualitative approach, objective descriptive is adopted by the bibliographic and documentary research and technical procedures. The paper deals with the concepts of sustainability, management by indicators and maturity model, applied to the evaluation of the IFSC's sustainability policy based on the model developed by Hepper et al. (2017). The research estimates that the São Carlos Campus is at the *Basic* maturity level, revealing that: there is an official position on the theme, there is a growing awareness of the sustainability issue and that there are specific actions in the social and environmental areas, although without formal institutional planning. The Sustainability Policy and the Sustainable Logistics Management Plan (PLS-IFSC Sustentável) are important internal regulations for the management of

sustainable development, reduction of environmental impact, promotion of social justice and balanced economic development.

**Keywords:** Sustainable development. Model. Indicators. Management. Hepper. IFSC.

## **1 INTRODUÇÃO**

Assegurar condições de desenvolvimento global sustentável é uma responsabilidade compartilhada entre todos os países, organizações e sociedade civil. Neste aspecto, as Instituições de Ensino podem protagonizar importantes, e fundamentais, transformações na sociedade por meio da educação para a sustentabilidade, tanto com ações para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade na qual a instituição está inserida.

A Política de Sustentabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é concebida na perspectiva de valor institucional e é agrupada em três dimensões: *ambiental*, *social* e *econômica*. O compromisso social assumido pela Instituição perpassa por práticas administrativas e pedagógicas voltadas para o desenvolvimento sustentável que representa uma oportunidade de transformação da sociedade, desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade, redução do impacto ambiental dos processos institucionais, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado.

Para a elucidação do estado da arte, é necessário esclarecer os conceitos de sustentabilidade, apresentar modelos aplicáveis para mensurar o grau de sustentabilidade e descrever como o IFSC institucionalmente organiza a implementação da Política de Sustentabilidade. Com tal embasamento teórico, o presente trabalho objetiva descrever as práticas administrativas instituídas pela Política de Sustentabilidade no âmbito do câmpus São Carlos e avaliar o grau de maturidade da cultura sustentável do câmpus.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Sustentabilidade e indicadores de sustentabilidade**

O conceito de *desenvolvimento sustentável*, também denominado como *ecodesenvolvimento*, teve grande repercussão a partir da década de 1970, onde fortificou-se a

relação entre economia e meio ambiente em perspectiva global, extrapolando a visão tradicional puramente relacionada ao avanço econômico, a exemplo da aferição do Produto Interno Bruto (PIB), e abrem espaço para aspectos humanos, sociais e ambientais, além da renda, e aos limites deste desenvolvimento, a exemplo dos índices do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) (CAOVILLA E WENGENOVICZ, 2019).

Apesar de não existir consenso entre autores em relação ao conceito de desenvolvimento, de acordo com Veiga (2010) *apud* Caovilla e Wengenovicz (2019), pode-se traçar três vertentes de pensamento, sendo a primeira que considera sinônimo de crescimento econômico; a segunda que entende desenvolvimento como um mito, inalcançável; e a terceira corrente que entende que crescimento econômico, por si só, não é suficiente para se alcançar o desenvolvimento pleno.

Conceitualmente o termo sustentabilidade deriva, primordialmente, da ecologia e da economia. A ideia de um “equilíbrio” entre as partes dentro de um ecossistema onde ambas as áreas coexistem não demorou a ser levantada. O conceito de resiliência também acabou sendo associado à sustentabilidade, uma vez que diz a respeito da capacidade de um ecossistema absorver influências externas, absorver e voltar a se reorganizar (VEIGA, 2010).

Conforme Schmidt, Santos e Martins (2006) a tarefa de elaborar um conjunto de indicadores de avaliação de desempenho é uma atividade complexa, pois avaliar significa atribuir um valor em sentido qualitativo ou mesmo quantitativo, e monitorar permanentemente se o seu desempenho está compatível com os objetivos estabelecidos e caso necessário, corrigir os desvios de rumos. Para que o processo de medição torne-se mais científico e menos aleatório, é necessário selecionar um conjunto de indicadores capazes de responder satisfatoriamente às necessidades e definir como será realizada a medição, pois é importante estabelecer padrões de coleta e tratamento dos dados.

De acordo com Sveiby (1998), a utilização dos indicadores ganha relevância quando são realizadas comparações com parâmetros preestabelecidos, além do acompanhamento em vários períodos consecutivos, pois uma avaliação nada significa se não for comparada com algum referencial. Explica que o acompanhamento dos indicadores deve cobrir, pelo menos, três ciclos de avaliação, antes de tentar analisar os resultados.

Bell e Morse (2008) lembram que os indicadores podem ser agrupados nas mais diversas formas para representar a avaliação da sustentabilidade para facilitar a leitura e

interpretação. Uma abordagem simplificada e pertinente adotada é pela divisão em indicadores gerais de: 1) *Estado*, fazendo referência ao estado em que se encontra a variável e/ou propriedades físico-químicas (como exemplos: densidade populacional, concentração de materiais no solo); 2) *Pressão*, relativo ao modo como são controlados, geridos destinados recursos aos fatores de estado; e 3) *Resposta*, de forma a levantar e observar como os indicadores de estado se comportam positiva ou negativamente quando submetidos às ações dos indicadores de pressão.

Dependendo da situação a ser avaliada, Bell e Morse (2008) salientam que deve-se levar em consideração a relevância dos indicadores a serem levantados. Uma vez que ao não apresentarem resultados significativos ou pertinentes acabam gerando trabalho desnecessário.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolveu a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), em 2004, em caráter orientativo, para fomentar o monitoramento, a avaliação das atividades e a elaboração de relatórios técnicos. A estruturação dos indicadores foi relacionada em cinco eixos temáticos: 1) Indicadores de uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Indicadores de gestão adequada dos resíduos gerados; 3) Indicadores de licitações sustentáveis; 4) Indicadores de qualidade de vida no trabalho; 5) Indicadores de sensibilização e capacitação. Dentro de cada um destes eixos são encontrados os critérios e formas de mensurá-los.

Uma outra regulamentação de normas para a padronização de indicadores, em caráter internacional, é a Global Reporting Initiative (GRI). Provendo a normatização mais utilizada globalmente, a GRI avalia indicadores em duas categorias gerais: Normas Universais e Normas Específicas, subdivididas em tópicos econômicos, ambientais e sociais (GRI, 2016).

Importante ressaltar que os autores recomendam a seleção de poucos indicadores, pois a utilização de vários índices pode confundir os interessados e um número excessivo de índices dificulta o acompanhamento periódico dos indicadores, bem como, a lista dos indicadores deve ser continuamente acompanhada para verificar a necessidade de incluir novos itens ou eliminar aqueles que se tornam irrelevantes com o passar do tempo.

## **2.2 Modelos de maturidade**

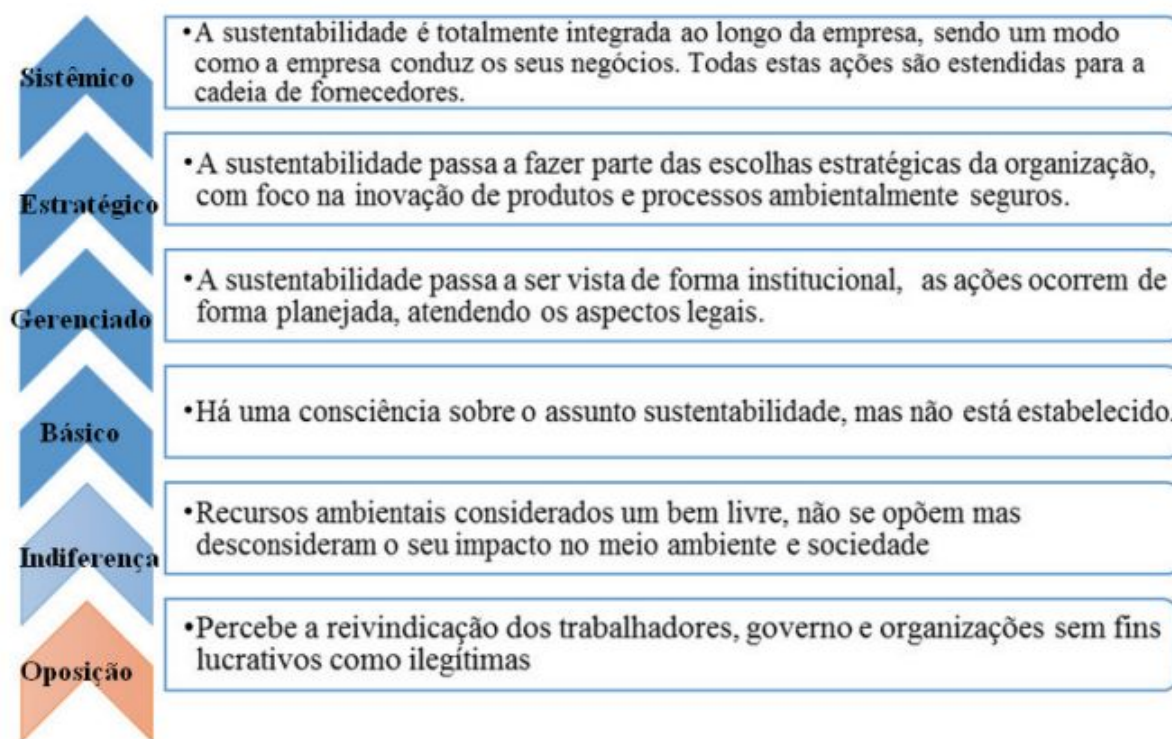
De maneira a levantar informações mais organizadas e de fácil entendimento, foram elaborados, ao longo do tempo, modelos de maturidade, os quais permitem observar

elementos presentes nas organizações, elencar pontos fortes e fracos, fornecendo, assim, uma visão geral para nortear as decisões a serem tomadas (HEPPER et al., 2017).

Para avaliação da sustentabilidade, após a elucidação dos possíveis indicadores pertinentes, Hepper et al. (2017) elaboraram um estudo referente aos modelos de maturidade de sustentabilidade. Modelos com foco na gestão de energia, outros com o foco voltado à inovação de desenvolvimentos de novos produtos entre outros, que abrangem diversas situações distintas, foram utilizados para a proposição de um modelo de maturidade mais generalista, baseado no grau de comprometimento da instituição com a sustentabilidade.

Este modelo proposto por Hepper et al. (2017) propõe uma escala de comprometimento com a sustentabilidade, o qual parte do nível de *Oposição* às práticas sustentáveis com crescimento de grau passando por *Indiferença*, *Básico*, *Gerenciado*, *Estratégico* e *Sistêmico*, os quais são apresentados na Figura 1, a seguir.

**Figura 1:** Modelo de maturidade de sustentabilidade



Fonte: Hepper et al. (2017)

A mensuração da maturidade da sustentabilidade deve ter, preferencialmente, um caráter final comparativo, entre dados anteriores e dados de outras instituições. Tendo em

vista que para apresentar proposições de melhorias é fundamental uma avaliação ao longo do tempo, o que facilita a estimativa de onde se pretende chegar e possíveis desvios dos objetivos (XAVIER, 2017).

Os modelos de maturidade servem para orientar e guiar as organizações com a finalidade de atingir estágios avançados de consolidação da sustentabilidade, com a implementação de ações intencionalmente planejadas para o alcance de objetivos (HEPPER et al, 2017).

### **2.3 A Política de Sustentabilidade do IFSC**

Enquanto Instituição de Ensino, o IFSC possui responsabilidade para formar para a sustentabilidade e disseminá-la como um valor para estudantes, servidores e comunidade, por meio de ações sustentáveis no ensino, pesquisa, extensão e gestão, em consonância com a Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, Política Nacional de Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais para educação ambiental e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece que todos têm direito à educação ambiental e compete às Instituições de Ensino a incorporação da dimensão ambiental na formação em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma interdisciplinar:

Art. 1 Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2 A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

Neste aspecto, torna-se relevante à adoção de práticas administrativas que possam assegurar a implementação do tema em ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em consonância com o Programa A3P do MMA, o qual o IFSC aderiu no ano de 2015. Também destaca-se a adesão do IFSC, no ano de 2017, ao Movimento Nacional ODS – Nós Podemos

---

<sup>1</sup> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Santa Catarina com a pactuação de compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Sustentabilidade no IFSC é concebida como um de seus 8 valores institucionais, conforme afirmado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução n. 7, de 4 de março de 2020.

Arelados ao termo sustentabilidade, no âmbito do ensino, um dos princípios que alicerçam as ações educativas é o de promover “Respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental na perspectiva da sustentabilidade” (IFSC, 2020, p. 69). No âmbito da gestão, uma das diretrizes orienta para “Promover um ambiente de trabalho saudável em que todos colaborem para a proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.” (IFSC, 2020, p. 89).

Para consolidar e organizar as iniciativas de ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão para a sustentabilidade, em 2018 o IFSC aprovou a Política de Sustentabilidade, por meio da Resolução Consup n. 28, de 21 de agosto de 2018, sendo explicitada:

Como valor e princípio de gestão a sustentabilidade deverá ser considerada em suas três dimensões: ambiental, social e econômica. A necessidade de redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente, aliados a redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, além da otimização do gasto público nas ações e processos administrativos e acadêmicos, visando a eficiência, eficácia e, especialmente, a efetividade social, devem ser compreendidas como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade. (IFSC, 2020, p. 90).

Do ponto de vista de alocação dos recursos financeiros, o IFSC entende que para ser sustentável precisa atender, com qualidade, eficiência e responsabilidade social, às necessidades dos servidores, estudantes e da sociedade, dentro do limite dos recursos orçamentários disponíveis, proporcionando o máximo retorno possível ao investimento, redução do impacto ambiental dos processos institucionais, aprimoramento da gestão, foco social e ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica (IFSC, 2020).

As dimensões da sustentabilidade do IFSC estão dispostas na Política de Sustentabilidade (IFSC, 2018), conforme definições:

- *Ambiental*: considera a necessidade de redução dos impactos ambientais nas ações administrativas e acadêmicas e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente;
- *Social*: considera a necessidade de redução das desigualdades sociais por meio de ações e articulações de ensino, pesquisa, extensão e gestão bem como a formação e disseminação de valores que incentivem o respeito às diferenças sociais, de credo, de gênero, de raça e, assim, inibam qualquer forma de preconceito, violência ou exclusão;
- *Econômica*: considera a necessidade de otimização do gasto público nas ações e processos administrativos e acadêmicos, visando a eficiência, eficácia e, especialmente, a efetividade social.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa se caracteriza com natureza básica, de abordagem qualitativa e com objetivo descritivo. Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se por pesquisa bibliográfica para fontes secundárias e pesquisa documental para as fontes primárias.

A natureza básica, conforme Silva e Menezes (2005), é um tipo de pesquisa para gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência em aplicação prevista. Ainda, de acordo com Silva e Menezes (2005), a abordagem qualitativa em pesquisa caracteriza-se quando a subjetividade do fenômeno pesquisado não pode ser traduzido em números e a análise dos dados é realizada indutivamente como pesquisa descritiva.

Para Fonseca (2002) todo trabalho científico inicia-se com um estudo bibliográfico (fontes secundárias), o que permite que o pesquisador conheça o que já foi estudado sobre o assunto. Cervo e Bervian (2002, p. 65) estabelecem que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” e “[...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.” Já as fontes primárias originam-se de pesquisa documental coletadas a partir de documentos de arquivos públicos que não receberam ainda tratamento analítico.

Desta maneira, a pesquisa documental visa analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Política de Sustentabilidade e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS-IFSC), aplicados no contexto institucional do câmpus São Carlos do



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), tendo como base analítica o modelo de maturidade para sustentabilidade proposto por Hepper et al. (2017).

### **3.1 Estudo de caso**

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 67), “o estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”. De acordo com Gil (2010), um estudo de caso consiste em um profundo e exaustivo estudo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento.

O estudo foi desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), em forma de estudo de caso do Câmpus São Carlos.

O Câmpus São Carlos do IFSC é uma conquista da comunidade da região que iniciou em 2009, por meio da convocação de uma Audiência Pública. Em 22 de fevereiro de 2010, foi sancionada a Lei Municipal Nº 1.588, que dispõe sobre a doação de terreno para a construção do Câmpus São Carlos. Em 2013 iniciaram-se as obras de construção do Câmpus e em outubro do mesmo ano, por meio da Portaria Nº 993, de 7 de outubro de 2013, é autorizado o funcionamento do Câmpus São Carlos.

Em 2015 é inaugurado oficialmente o IFSC Câmpus São Carlos, com 5 mil metros quadrados de área construída, 10 salas de aula, 15 laboratórios, biblioteca, cantina, área de convivência, salas administrativas e um miniauditório, e capacidade para atender 800 estudantes diariamente.

Em 2020, o IFSC Campus São Carlos oferta vagas em cursos Técnicos Integrados (e Concomitantes) em Agropecuária e em Edificações; Cursos de Qualificação Profissional em Marketing e Vendas para Pequenos Negócios, Informática, Auxiliar Administrativo, Empreendedorismo jovem, Instalações elétricas residenciais e prediais, Eletricista instalador predial de baixa tensão; Bacharelado em Engenharia Civil; e, Especializações *lato sensu* (em EAD) em Docência para a Educação Profissional, Tecnologias para Educação Profissional e em Gestão Pública para a Educação Profissional e Tecnológica.

Desta maneira, o IFSC Câmpus São Carlos trabalha ativamente em atividades de ensino, pesquisa e extensão atendendo a diversas demandas da região, buscando a inclusão e

formação de cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao realizar o levantamento documental pela plataforma do site do IFSC, verificou-se escasso material publicizado para a comunidade externa sobre os programas de sustentabilidade do IFSC, tendo em vista que os conteúdos disponíveis encontram-se desatualizados e não disponíveis. Desta maneira, solicitou-se os dados para a Direção do Câmpus, a qual, prontamente, disponibilizou o levantamento dos regulamentos e ações desenvolvidas.

Em análise documental, percebe-se o esforço institucional na promoção do tema sustentabilidade, evidenciado inicialmente por meio da criação do Programa IFSC-Sustentável (2014) e posterior amadurecimento e institucionalização da Política de Sustentabilidade (2018), visando atender a demandas legais, sociais e ambientais utilizando-se de instrumentos de gestão, em especial, ao Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Para atender a implementação das ações da Política de Sustentabilidade, o IFSC mantém o Programa IFSC-Sustentável, criado em 2014, com o objetivo de propor e sistematizar a prática de ações coletivas multi-campi para a promoção de uma Instituição capaz de arcar com suas responsabilidades no plano da sustentabilidade, em quaisquer de seus aspectos componentes: social, econômico ou ambiental.

O IFSC realiza planejamento bianual do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS-IFSC), a qual a última versão data do biênio 2017-2018, aprovado pela Resolução CODIR/IFSC n. 05/2017. O PLS-IFSC 2017-2018, reorganizou os subprogramas, de 7 (biênio 2015-2016) para 4, no intuito de aprimorar a exequibilidade das ações, em eixos estruturados conforme modelo do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), compreendendo os subprojetos:

- Destino Certo: que trata da gestão dos resíduos gerados no IFSC;
- Recursos Naturais: que consiste no manejo dos recursos hídricos e energéticos utilizados no IFSC, visando seu bom uso e economia;

- Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis: que trata da qualidade de vida do servidor, assim como também sua sensibilização ambiental e social;
- Construções e Contratações Inteligentes: que busca assegurar que compras e serviços contratados sejam mais conscientes, principalmente na questão ambiental.

No âmbito do Câmpus São Carlos, levantou-se os dados referentes às atividades desempenhadas para o atendimento do Programa IFSC-Sustentável, dentre elas destacam-se:

- A Comissão Local IFSC-Sustentável no câmpus São Carlos encontra-se, atualmente (2020), com validade expirada, sem nomeação de novos membros;
- À época da nomeação da Comissão Local IFSC-Sustentável (2019), a equipe reuniu-se presencialmente uma vez e contatos posteriores foram mantidos online;
- Não há registro formal de capacitação no tema 'sustentabilidade na gestão pública' pelos membros ora integrantes da Comissão Local, entretanto, há experiência comprovada em docência na área de educação ambiental;
- O PLS-IFSC, durante sua vigência inicial (2016) até a atualidade (2020), não é apresentado semestralmente para os servidores e alunos, embora, o desenvolvimento de ações locais de pesquisa e extensão sejam realizadas com participação de servidores e estudantes;
- O Plano Anual de Trabalho (PAT) do Câmpus São Carlos não prevê ações regulares de execução de ações prioritárias do PLS-IFSC (2020), embora, haja experiência em anos anteriores na aquisição de equipamentos para captação e reuso de água;
- O Câmpus São Carlos não possui certificação/selo de Câmpus Sustentável concedido pela Comissão Central IFSC-Sustentável;
- O Câmpus São Carlos não prevê orçamento específico para a execução das ações prioritárias do PLS-IFSC;
- Dentro das ações que foram executadas destacam-se: Projeto de pesquisa “Plantando vidas” (2018 e 2019); Semana Nacional de Ciências e Tecnologia (2018 e 2019); Projeto para redução de consumo de energia (2018); Gerenciamento de resíduos de construção civil (2018); entre outros projetos de extensão (MOTA, 2020).

A partir das informações levantadas a respeito das ações que vêm sendo executadas, é possível verificar que o IFSC, em um contexto geral, apresenta uma regulamentação coerente e pertinente no que tange às práticas sustentáveis. A elaboração de políticas e programas aplicados à sustentabilidade está devidamente embasada, principalmente, nos parâmetros definidos pelo Programa A3P.

Quando observados os dados obtidos das atividades e projetos desenvolvidos no Câmpus São Carlos, de acordo com a escala de maturidade proposta por Hepper et al (2017), inicialmente, é possível estimar que tem-se um nível de maturidade *Básico*, considerando que é possível observar que existem políticas institucionais gerais para a sustentabilidade definidas e que ações, informais, são tomadas para o cumprimento das mesmas, mesmo que não atendendo às políticas propostas na sua totalidade. Portanto, considerando a ausência de planejamento formal para as ações de sustentabilidade do Câmpus São Carlos, classifica-se no nível *Básico*. Para a obtenção de um nível de maturidade *Gerenciado*, segundo o modelo de maturidade de Hepper et al (2017), torna-se obrigatório a existência de planejamento formal para ações de sustentabilidade, incluindo a gestão dos processos, planejamento, execução, mensuração e controle, além das práticas executadas apresentarem resultados visíveis para a gestão.

## **5 DELIBERAÇÕES DO ESTUDO**

Com base no levantamento e análise dos dados do estudo, considera-se de grande importância o comprometimento da direção do Câmpus São Carlos para se alcançar graus de maturidade superiores ao avaliado neste trabalho, buscando, com grandes possibilidades, atingir o grau de maturidade *Gerenciado* para o próximo ciclo de avaliação (a ser realizado no ano de 2021). Após o estabelecimento e consolidação das ações sustentáveis e construção de uma cultura voltada para a educação sustentável, seria possível galgar para os próximos graus de maturidade, mantendo e consolidando o grau conquistado.

Para isso, sugere-se ações a serem tomadas pela alta gestão para viabilização do trabalho:

- Nomear a Comissão Local do IFSC-Sustentável com a participação de representantes dos segmentos da comunidade acadêmica (técnico administrativo educacional, docente e discente) e da gestão (Diretor Administrativo e representante da área de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão);
- Viabilizar um projeto local de pesquisa/extensão para seleção de um discente bolsista, preferencialmente remunerado, para atuar junto a Comissão Local do IFSC-Sustentável;
- Garantir momentos de apresentação e socialização das ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS-IFSC Sustentável) em Seminários Internos do Câmpus,

abrangendo servidores e estudantes;

- Estabelecer 3 (três) ações prioritárias para execução, por semestre, vinculados aos programas Destino Certo, Recursos Naturais, Articulação, Cultura e Espaços Sustentáveis, e/ou Construções e Contratações Inteligentes;
- Garantir a elaboração de relatórios anuais das ações desenvolvidas;
- Viabilizar capacitação na temática de ‘Sustentabilidade na Gestão Pública’ para todos os membros integrantes das Comissões Locais IFSC-Sustentável;
- Garantir a realização de, no mínimo, 3 (três) reuniões por semestre para os membros da Comissão Local IFSC-Sustentável realizarem planejamento e avaliação das ações;
- Buscar a obtenção de certificação/selo de sustentabilidade para o Câmpus São Carlos;
- Garantir recursos financeiros para custeio/investimentos, de, no mínimo, 0,5% do orçamento anual para a execução de ações prioritárias a serem detalhadas no Plano Anual de Trabalho (PAT) ligadas ao PLS-IFSC Sustentável;
- Implementar um canal de divulgação, de fácil acesso, no site do IFSC para a divulgação das atividades desenvolvidas, legislações correntes e responsáveis pelas atividades, de maneira a garantir à sociedade a visibilidade do engajamento da instituição.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A temática *sustentabilidade* é plenamente definida no nível institucional do IFSC, entendida como uma Política e um valor institucional para se alcançar o equilíbrio ambiental, social e econômico a partir de seus processos institucionais. Apesar do PLS-IFSC Sustentável compor a Política de Sustentabilidade, o avanço em sua implementação não ocorre de forma coordenada entre os diversos Câmpus do IFSC.

Estimou-se que o Câmpus São Carlos encontra-se no nível *Básico* da escala de maturidade de sustentabilidade proposto por Hepper et al (2017). Percebeu-se que há uma consciência crescente do assunto sustentabilidade e que existem ações pontuais nas áreas sociais e ambientais, embora realizadas de forma inconsistente e sem planejamento institucional formal.

Espera-se que o Câmpus São Carlos, a partir da tomada de consciência sobre o estado atual do nível de maturidade do Câmpus, possa desenvolver as ações sugeridas para avançar um nível de maturidade no próximo ciclo avaliativo (2021), consolidando o planejamento

local das ações prioritárias e desenvolvimento de sistemas planejamento, execução e controle para o gerenciamento da sustentabilidade no Câmpus.

Por fim, percebe-se que a institucionalização da Política de Sustentabilidade do IFSC é uma importante política na promoção do desenvolvimento sustentável e estabelecimento de metas articuladas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas a fim de promover a transformação para um novo marco civilizatório no Planeta diante da conscientização de que os recursos naturais são limitados e o compromisso social das organizações precisam incorporar a gestão para o desenvolvimento sustentável para a redução do impacto ambiental e promoção da justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado.

## REFERÊNCIAS

BELL, Simon; MORSE, Stephen. **Sustainability Indicators: measuring the immeasurable?**. 2. ed. Londres: Earthscan, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 24 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9.795/1999. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)> Acesso em: 24 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Disponível em: <[http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Como\\_Implantar\\_a\\_A3P/Documentos/tab-5-Indicadores-da-A3P-versao-final.pdf](http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Como_Implantar_a_A3P/Documentos/tab-5-Indicadores-da-A3P-versao-final.pdf)> Acesso em: 26 out. 2020.

CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca; WENGENOVICZ, Tais. **A Colonialidade e as Contradições do Desenvolvimento: desafios à efetivação dos direitos humanos na América Latina**. Chapecó: Argos, 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRI. Global Reporting Initiative. **GRI 101: Fundamentos**. 1 ed. Amsterdam: GSSB, 2016. 31 p. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/resource-center/?g=72b75acd-ee6a-451a-9488-62e597352ca6>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

HEPPER, Eduardo Luiz et al. Proposição de um modelo de maturidade para sustentabilidade corporativa. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 39, n. 1, p. 43-53, 1 jan. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.33127>>. Acesso em: 28 out. 2020.

IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024**. Resolução Conselho Superior n. 7 de 4 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/pdi>>. Acesso em 03 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. Resolução CODIR/IFSC n. 05/2017 Disponível em: <[https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/2046759/PLS\\_2017-2018+%281%29.pdf/6b9dcf5c-c48e-4ad3-99ca-5e4cceb59f96](https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/2046759/PLS_2017-2018+%281%29.pdf/6b9dcf5c-c48e-4ad3-99ca-5e4cceb59f96)> Acesso em 26 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Santa Catarina. **IFSC Câmpus São Carlos**. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/web/campus-sao-carlos>>. Acesso em 02 nov. 2020.

MOTA, Israel da Silva. **[Dados de sustentabilidade do Câmpus São Carlos]**. Whatsapp. 07 nov. 2020. 09:07. 20 mensagens Whataspp.

\_\_\_\_\_. **[Ações de sustentabilidade do Câmpus São Carlos]**. Whatsapp. 11 dez. 2020. 06:26. 16 mensagens Whataspp.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em 03 out. 2020.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; MARTINS, Marco Antonio. **Avaliação de Empresas: foco na análise de desempenho para o usuário interno: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/Conteudo/Metodologia-da-pesquisa-e-elaboracao-de-dissertacao>>. Acesso em: 08 out 2020.

SVEIBY, Karl Erik. **A Nova Riqueza das Organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 out. 2020.

XAVIER, Amanda Fernandes. **Proposta de um Modelo de Maturidade para Avaliação das Práticas de Eco-Inovação nas Organizações: Eco-Mi**. 2017. 294 f. Tese (Doutorado em

Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.  
Disponível em:  
<<http://www.producao.ufrj.br/index.php/en/theses-and-dissertations/doutorado/2017/203--138/file>>. Acesso em: 28 out. 2020.